



Ministério da Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

	Plano Misto				Parâmetros do demonstrativo
	Tábua Biométrica		Taxa de desconto		
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(49.764)	(48.314)	(49.851)	(48.219)	(49.022)
Valor justo dos ativos do plano	34.443	34.443	34.443	34.443	34.443
Superávit/(déficit) do plano	(15.321)	(13.871)	(15.408)	(13.776)	(14.579)
Variação na obrigação atuarial	1,5%	(1,4)%	1,7%	(1,6)%	-
Variação no superávit/(déficit)	5,1%	(4,9)%	5,7%	(5,5)%	-

	Assistidos pelo Banco				Parâmetros do demonstrativo
	Tábua Biométrica		Taxa de desconto		
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(61.369)	(58.117)	(60.355)	(59.045)	(59.693)
Superávit/(déficit) do plano	(61.369)	(58.117)	(60.355)	(59.045)	(59.693)
Variação na obrigação atuarial	2,8%	(2,6)%	1,1%	(1,1)%	-
Variação no superávit/(déficit)	2,8%	(2,6)%	1,1%	(1,1)%	-

	Auxílio Saúde				Parâmetros do demonstrativo
	Tábua Biométrica		Taxa de desconto		
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	+0,25	-0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(166.321)	(161.745)	(168.504)	(159.841)	158.871
Superávit/(déficit) do plano	(166.321)	(161.745)	(168.504)	(159.841)	158.871
Variação na obrigação atuarial	4,7%	1,8%	6,1%	0,6%	-
Variação no superávit/(déficit)	4,7%	1,8%	6,1%	0,6%	-

Receitas e pagamentos esperados para período seguinte.

	Plano BD		Plano Misto	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Montantes de Custo do serviço corrente líquido	(329)	(58)	(3)	(2)
Montantes de Custo de juros líquidos	(43.212)	(8.139)	(941)	(2.716)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(43.541)	(8.197)	(944)	(2.718)
Montantes esperados per. seguinte-Normais	3.019	2.790	36	71
Total dos pagtos esperados para o plano	3.019	2.790	36	71

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Montantes de Custo do serviço corrente líquido	-	-	(3.695)	(3.255)
Montantes de Custo de juros líquidos	(7.650)	(1.632)	(20.443)	(66.421)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(7.650)	(1.632)	(24.138)	(69.676)
Montantes esperados período seguinte -Normais	9.827	7.939	8.883	10.714
Total dos pagtos esperados para o plano	9.827	7.939	8.883	10.714

Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

Descrição da política de Investimentos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde

Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *duration* de cada plano.

25. Remuneração paga aos Empregados

a) Remuneração mensal dos empregados (em R\$ unitários)

	2015	2014
Menor Salário	2.145,46	1.950,42
Maior Salário	22.481,70	20.437,91
Salário médio	6.775,85	5.884,36

Neste exercício, o número de funcionários do Banco totalizava 3.195 (3.152 em 31.12.2014).

26. Processo de gerenciamento de riscos

A gestão de Risco no Banco da Amazônia compreende o processo de mediação e controle dos riscos presentes em suas atividades, identificando quais os principais riscos aos quais a Instituição está exposta e os mecanismos para seu acompanhamento e tratamento, com adoção de medidas para evitar, ou antecipar, os impactos ou efeitos dos possíveis riscos.

A gestão dos riscos é segmentada em risco de liquidez, risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, cujas políticas para cada um desses riscos foram aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

A Política do risco de liquidez estabelece os limites para os indicadores de disponibilidade, sendo o monitoramento e a aferição dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos do fluxo de caixa realizados pela Gerência de Riscos Corporativos.

A liquidez dos ativos do Banco fica evidenciada pelo saldo dos indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo que de acordo com os métodos de análise conservador e alternativo foram de R\$2,579 e R\$2,807 bilhões respectivamente, demonstrando assim disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez da Instituição.

Em 31 de dezembro de 2015, o volume de recursos alocados em títulos públicos na carteira de TVM foi de aproximadamente R\$4,647 bilhões, cerca de 74% do portfólio total de R\$6,292 bilhões. A maioria dos recursos aplicados em títulos públicos são compostos de Letras Financeiras do Tesouro, títulos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário, esses ativos correspondem a 77,8% do total de aplicações em papéis públicos.

O Banco utiliza-se ainda para acompanhamento do risco de liquidez, o monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, o controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

b) Gestão do risco de crédito

A Política de Risco de Crédito tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orgamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com maiores probabilidades de retorno dos créditos concedidos, atuando para que haja: melhoria da qualidade do crédito; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade na análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco, atualmente, distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". O apetite de risco da Instituição limita a realização de operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco é o responsável pela classificação da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito.

Constituiu-se, no final do primeiro semestre, provisão adicional para as operações de crédito, de caráter administrativo e prudencial, com base em modelo desenvolvido internamente, que foi definido a partir de critérios quantificáveis e verificáveis, considerando a variação interanual máxima da relação entre a provisão regulatória constituída e a carteira de crédito, gerando um acréscimo de provisão, que foi aprovado pelo Conselho de Administração da instituição, submetido à auditoria independente e informado ao Banco Central.

No segundo semestre foram alteradas as regras para reclassificação de risco de operação objeto de renegociação administrativa, com a mudança no conceito de amortização significativa, tornando o processo de reclassificação de risco das operações renegociadas, mais dinâmico, gradual e condicionado à melhora da performance do cliente no pagamento do capital investido pelo Banco no empréstimo ou financiamento tomado.

No mesmo período, foi aperfeiçoada a metodologia de definição do limite de participação em projetos de investimento lastreados por recursos de fomento.